



MISES: Interdisciplinary Journal of  
Philosophy, Law and Economics  
ISSN: 2318-0811  
[editor@mises.org.br](mailto:editor@mises.org.br)  
Instituto Mises Brasil  
Brasil

Moreira, José Manuel  
Pelos 40 anos do Nobel de Hayek Economia e Civilização. Meios e Fins  
MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy, Law and Economics, vol. 2, núm. 2, julio-diciembre, 2014, pp. 319-337  
Instituto Mises Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=586361940004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



## EDITORIAL

# Pelos 40 anos do Nobel de Hayek Economia e Civilização. Meios e Fins

*José Manuel Moreira\**

Nesta minha primeira participação como responsável pelo Editorial da *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia* aproveito para dar conta de quanto honrado me sinto por poder contribuir com o lado mais antigo da

nossa língua para dar voz a esta arrojada aventura de prosseguir o aprofundamento da Escola Austríaca e manter viva a chama da Liberdade. Numa linha de continuidade bem expressa por Alex Catharino no editorial “A Escola Austríaca entre a

\* José Manuel Moreira é Editor Adjunto e membro do Conselho Editorial do periódico *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*. Cursou a graduação em Economia, a graduação em Filosofia e o mestrado em Filosofia Moderna e Contemporânea na Universidade Católica Portuguesa de Braga (UCP-Braga), e o doutorado em Filosofia na Universidad Pontificia Comilla na Espanha, com a tese a *Filosofia e Metodologia da Economia em F. A. Hayek*, com equivalência ao doutorado em Economia na Universidade do Porto. Foi Professor Catedrático de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Aveiro, ocupando, também, o cargo de Diretor do Mestrado em Administração e Gestão Pública, além de responsável pela Unidade de Investigação em *Governança, Competitividade e Políticas Públicas*. Contribuiu para a redescoberta e divulgação em Portugal de quatro grandes temáticas, a saber: 1<sup>a</sup>) Ética Econômica e Empresarial, 2<sup>a</sup>) Escola Austríaca da Economia, 3<sup>a</sup>) Análise Econômica da Política, 4<sup>a</sup>) Governança e Políticas Públicas. Atualmente colabora com Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa do Porto (UCP-Porto) e com o Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (IEP-UCP-Lisboa), onde é membro do Conselho Científico e Investigador do (CIEP). É responsável na Ordem dos Engenheiros, desde o ano 2001, pela parte teórica dos “Cursos de Ética e Deontologia Profissional”, além de membro da Mont Pelerin Society, da International Network for Economic Method, da European Business Ethics Network, da Asociación Española de Etica de la Economía e de las Organizaciones, do Conselho Acadêmico do Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista (CIEEP). É autor de inúmeros artigos publicados em diferentes periódicos acadêmicos e de diversos livros, dentre os quais se destacam as obras *Hayek e a História da Escola Austríaca da Economia* (Afrontamento, 1994), *Filosofia e metodologia da economia em F. A. Hayek* (Universidade do Porto, Porto, 1994), *Ética, Economia e Política* (Lello & Irmão, 1996), *O que é a Escolha Pública? Para uma análise económica da política* (Principia, 2004) e *The Salamanca School* (Continuum, 2010).

E-mail: moreira@mises.org.br

Tradição e a Inovação"<sup>1</sup>, que se une aos exemplares editoriais de Ubiratan Jorge Iorio<sup>2</sup> e de Fabio Barbieri<sup>3</sup>, pretendo explorar neste texto a ligação entre Economia e Civilização. Julgo ser uma homenagem que se ajusta à pretensão de um número onde se dá especial atenção aos 40 anos do Nobel da Economia de F. A. Hayek (1899-1992), recebido em 1974 – e já agora também aos 70 anos da publicação do livro *The Road to Serfdom* [O Caminho da Servidão]<sup>4</sup>, lançado em 1944.

Lembro que em número anterior procurei, a partir de Ludwig von Mises (1881-1973) e do próprio F. A. Hayek, dar conta das tensões entre austriacos e mostrar como o Nobel foi marcante para o ressurgimento da nossa Escola<sup>5</sup>. Ressurgimento que não se daria sem a férrea vontade das sucessivas gerações de economistas em dar vida à tradição austriaca. Há, todavia, um acontecimento que gostaria de destacar e que ajudou ao reconhecimento e alargamento da Escola, o diálogo com escolas próximas e igualmente empenhadas numa

<sup>1</sup> CATHARINO, Alex. A Escola Austriaca entre a Tradição e a Inovação. *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*, Vol. I, No. 2 (jul.-dez. 2013): 305-23.

<sup>2</sup> IORIO, Ubiratan Jorge. A Escola Austriaca na Vanguarda. *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*, Vol. I, No. 1 (jan.-jun. 2013): 5-18.

<sup>3</sup> BARBIERI, Fabio. A Escola Austriaca e o Mercado das Ideias. *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*, Vol. II, No. 1 (jan.-jun. 2014): 5-17.

<sup>4</sup> HAYEK, F. A. *The Road to Serfdom*. Chicago: The University of Chicago Press, 1944. [A obra está disponível em língua portuguesa na seguinte edição brasileira: HAYEK, F. A. *O Caminho da Servidão*. Trad. Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Morais Ribeiro. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 6<sup>a</sup> Ed., 2010].

<sup>5</sup> MOREIRA, José Manuel, Hayek. Epistemologia e Tensões na Escola Austriaca. *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*, Vol. I, No. 2 (jul.-dez. 2013): 337-56. Sinto-me no dever de recordar os 20 anos da publicação da primeira tese de doutoramento (defendida em 1992) sobre Hayek: MOREIRA, José Manuel. *Filosofia e Metodologia da Economia em F. A. Hayek*. Porto: Publicações Universidade do Porto, 1994. p. 320-26.

economia de livre mercado. Num espírito que é também de mais presença e intervenção liberal no mundo real. Refiro-me à criação, depois da segunda Grande Guerra, da *Mont Pelerin Society* em abril de 1947, numa Europa dividida por extremismos – do nazismo ao comunismo sem esquecer as diversas formas de fascismo – que quase levaram à destruição da civilização.

Ao juntar austriacos, neoclássicos e ordoliberais, Hayek quis aproximar correntes de pensamento que tinham em comum, contra a ameaça da barbárie, entendimentos da economia (de mercado) consonantes com os valores civilizacionais. Só que com o pós-guerra emergiu uma nova ameaça – o keynesianismo (e as “terceiras vias”<sup>6</sup>). Daí que neste texto se dedique especial atenção ao contraste entre as “visões” de economia e civilização de F. A. Hayek e John Maynard Keynes (1883-1946), tendo em vista uma melhor compreensão de um mundo em crise e de uma Europa em decadência econômica, moral e demográfica.

Um primeiro ponto-chave para apanhar as diferenças entre essas “visões” é contrastar a concepção liberal clássica de “solidariedade” com a social-democrata-socialista: que legitimou uma mistura entre capitalismo e socialismo em nome da solidariedade para com os mais desfavorecidos. Posição diferente tem Hayek: entendendo que a economia de mercado – o jogo da cataláxia – é a melhor e mais fundamental forma de Solidariedade para com os mais pobres em comparação com sistemas alternativos, que, em nome da garantia para todos dos direitos econômicos

<sup>6</sup> Já Ludwig von Mises no seu texto sobre “O intervencionismo” defendia que entre o capitalismo e o socialismo “não há meio-termo” (Ver: MISES, Ludwig von. “O intervencionismo”. *Boletim da Faculdade de Direito - Coimbra*, 23, 1947, p. 431). Para uma crítica da chamada “terceira via”, a partir da perspectiva de Hayek, veja-se: BURTON, John. The instability of the ‘middle way. In: BARRY, Norman [et al.]. *Hayek's 'Serfdom' Revisited: Essays by Economists, Philosophers and Political Scientists on The Road to Serfdom after 40 years*. London: The Institute of Economic Affairs, 1984. p. 87-115.

e sociais, pretendem assegurar a alguns o direito a controlar e dirigir os outros<sup>7</sup>. Daí a importância de não se confundir a proclamação solene dos princípios, tão ao gosto do liberalismo continental (ou francês<sup>8</sup>), com o sublime dos princípios<sup>9</sup>. Muito menos a retórica dos exaltados, que exigem a repartição dos benefícios, com o respeito humilde e quotidiano por valores e preconceitos que são condição de progresso e cultura, isto é, de civilização.

Para F. A. Hayek, tal como para Edmund Burke (1729-1797), o progresso não é algo inevitável. O desenvolvimento material e cultural, isto é, a civilização, sofre incessantes perigos: por incúria e desleixo dos princípios, mas também por se querer tornar tudo racional, esquecendo-se que a melhoria do mundo em que vivemos implica o constante aperfeiçoamento da Tradição.

Abandonados aos seus próprios designios, os indivíduos não seriam mais que os animais, que possuem, ao menos, instintos adequados à sua orientação. Instituições fortes são necessárias para reprimir os impulsos egoístas e irracionais dos indivíduos e para inculcar-lhes hábitos civilizados. Mas a vida das instituições é precária. Se uma só geração rejeitar a sua herança tradicional e deixar de passá-la a seus descendentes, ela pode quebrar as cadeias indispensáveis à continuidade social, desfazendo o trabalho de séculos. Se a humanidade se contentar em manter e aperfeiçoar as instituições estabelecidas, o progresso é perfeitamente possível. Se não,

<sup>7</sup> HAYEK, F. A. *Law, Legislation and Liberty, Volume 2: The Mirage of Social Justice*. Chicago: The University of Chicago Press, 1976 (1978). p. 184 (nota 3).

<sup>8</sup> Ver: MOREIRA, José Manuel, *Liberalismos: Entre o Conservadorismo e o Socialismo*: Lisboa: Ed. Pedro Ferreira, 1996.

<sup>9</sup> Como bem recorda José Ortega y Gasset (1883-1955), já Honoré Gabriel Riqueti (1749-1791), conde de Mirabeau, dizia ao chacal Maximilien de Robespierre (1758-1794): “Jovem: a exaltação dos princípios não é o sublime dos princípios”. Ver: ORTEGA Y GASSET, José. Tríptico, I: Mirabeau o el Político. *Revista de Occidente*, Madrid, 1927. p. 16.

o regresso à barbárie é não só possível, mas certo<sup>10</sup>.

Infelizmente, a grande maioria dos estadistas e filósofos sociais, acolitados por moralistas e responsáveis religiosos, têm dedicado mais tempo a fazer coro com os exaltados do que a cuidar do *sublime dos princípios* (religiosos e cívicos) que são a maneira mais harmoniosa e segura, embora por certo mais lenta e menos espetacular, de atingir mais eficazmente a riqueza que desejamos para todos. Descurando assim uma moralidade tradicional – situada entre o instinto e a razão<sup>11</sup> – que é essencial ao bom funcionamento do mercado. Não terá sido por acaso que Bahram B. Nowzad, em recensão ao livro *The Fatal Conceit* [A Arrogância Fatal] de F. A. Hayek, afirmou:

O problema do socialismo, no entender de Hayek, é equivocar-se quanto aos fatos, e a sua falácia básica é pretender redefinir a moral tradicional com base em justificativas racionais<sup>12</sup>.

Uma conclusão que, como veremos, se ajusta por inteiro a John Maynard Keynes. Antes, porém, vamos à relação entre a Grande Sociedade, a economia e civilização.

<sup>10</sup> WATKINS, Frederich M. & KRAMNICK, Isaac. *A Idade da Ideologia*. Trad. Álvaro Cabral, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979, p. 33. Aliás, não será por acaso que HAYEK, no capítulo final de sua última obra, *The Fatal Conceit: The Errors of Socialism*, com o sugestivo título de “The Religion and the Guardians of Tradition” [A Religião e os Guardiões da Tradição], considera que a preservação do melhor da Tradição não deve ser vista apenas como coisa do Passado, mas como principal condição do Futuro. Ver: HAYEK, F. A. *The Fatal Conceit: The Errors of Socialism*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988. [Em língua portuguesa a obra foi publicada na seguinte edição brasileira: HAYEK, F. A. *Arrogância Fatal: Os Erros do Socialismo*. Trad. Ana Maria Capovilla e Cândido Mendes Prunes. Porto Alegre: Editora Ortiz / Instituto de Estudos Empresariais, 1995].

<sup>11</sup> MOREIRA, José Manuel Lopes da Silva. Hayek e a racionalidade econômica. *Estudos econômicos*, Vol. 20, número especial, 1990, p. 75-117. Edição IPE-USP.

<sup>12</sup> NOWZAD, Bahram B. Recensão a *The Fatal Conceit*. *Finanças & Desenvolvimento*, Vol. 9, No. 4, p. 49.

Para Hayek, a Grande Sociedade, embora não seja uma simples economia, é, ainda assim, sustentada permanentemente pelo que vulgarmente se denomina ‘relações econômicas’. Posição de que muitos tendem a discordar, considerando que a Grande Sociedade não se pode basear em ‘relações econômicas’, dado que, em geral, os seus fins não são de caráter econômico. Sem perceberem que a grande vantagem da ordem espontânea é que apenas conecta meios, e que, por conseguinte, não só torna o acordo em relação aos fins desnecessário como a reconciliação entre propósitos divergentes possível. Dito de outro modo: numa sociedade aberta (à competição), as chamadas “relações econômicas” são, na verdade, relações determinadas pelo facto de que o uso de todos os meios disponíveis é afetado pela competição entre os muitos diferentes propósitos. É neste sentido vasto do termo ‘economic’ que a interdependência (ou coerência) das partes da Grande Sociedade é puramente econômica<sup>13</sup>.

Em suma, a economia mais que uma lógica da escolha tornou-se uma autêntica coordenação da lógica dos limites das nossas escolhas. É nesta acepção que a sociedade atual obriga a mais relações econômicas, a mais economia de ‘meios’, a um constante alargamento e melhoria da teoria da escolha entre, como diria José Ortega y Gasset (1883-1955), cada vez mais possibilidades ou potencialidades<sup>14</sup>. E é neste sentido que

se deve entender a afirmação de Antoine-Louis-Claude Destutt de Tracy (1754-1836) quando diz: “A sociedade é pura e simplesmente uma contínua série de trocas [...] O comércio é o conjunto da sociedade”<sup>15</sup>.

Será porém um erro concluir que as relações da Grande Sociedade se reduzem às econômicas. O que só se explica por um mau entendimento dos termos, que leva muitas pessoas a acusar os economistas de *pan-economicismo*: a tendência a tudo ver do ponto de vista econômico, ou pior, pretender que os *objetivos econômicos* prevaleçam sobre todos os outros<sup>16</sup>.

Erro também denunciado por Alfred Muller-Armack (1901-1978). Por isso, face à crítica do Dr. Egon Edgar Nawroth, O.P. (1912-2010) de que o fundamento filosófico da

---

que, no decurso do processo normal de ganhar a vida, são os fins imediatos, porque o propósito particular para que eles serão usados é ainda desconhecido. É neste sentido que, estritamente falando, Hayek defende, com Robbins que não há fins econômicos. Ver: HAYEK. *Law, Legislation and Liberty*. Vol. 2, p. 187.

<sup>15</sup> Ver: DESTUTT DE TRACY, A. L. C. *A Treatise on Political Economy*. Trad. Thomas Jefferson. Georgetown: Joseph Milligan, 1817. p. 6ss. Citado em: HAYEK. *Law, Legislation and Liberty*. Vol. 2, p. 186. Nessa passagem Hayek refere, citando outros autores, que antes de se ter generalizado o termo ‘sociedade’, ‘economia’ foi usado para o que nós significamos hoje por ‘sociedade’ e mesmo como equivalente a ‘interpessoal’. E também no sentido do que ele chama ordem espontânea, revelado em frases como ‘economia da criação’ e outras similares. Para mais esclarecimento sobre a natureza dialogal do processo de mercado, ver: LAVOIE, Don. *National Economie Planning: What is Left?* Cambridge: Ballinger Publishing Company, 1985. p. 51-92, 247-65.

<sup>16</sup> HAYEK. *Law, Legislation and Liberty*. Vol. 2, p. 113. A este propósito Hayek (em nota nas páginas 186-87) salienta que as principais objeções à abordagem ‘allocacional’ ou economicismo de muita da atual teoria econômica devem-se a James M. Buchanan (1919-2013), depois reformuladas no seguinte ensaio: BUCHANAN, James M. *Is Economics the Science of Choice*. In: STREISSLER, Eric (Ed.). *Roads to Freedom: Essays in Honour of Friedrich A. von Hayek*. London: Routledge & Kegan Paul, 1969. O texto mais tarde incorporado como Capítulo 2 da seguinte obra: BUCHANAN, James M. *What Should Economists Do?* Indianapolis: Liberty Press, 1979.

<sup>13</sup> HAYEK, *Law, Legislation and Liberty*. Vol. 2, p. 112.

<sup>14</sup> ORTEGA Y GASSET, José. *La rebelión de las masas*. Madrid: Revista de Occidente, 1929. p. 60-61. Uma concepção de economia como ‘ciência dos meios’ que foi, segundo Hayek, exemplarmente desenvolvida em: ROBBINS, Lionel. *The Nature and Significance of Economic Science*. London: MacMillan, 1932. Contudo, Hayek deixa claro que, diferentemente do que acontece com Lionel Robbins (1898-1984), nem os fins nem os meios são à partida totalmente conhecidos. Daí que Hayek considere que o que alguns dos economistas fazem quando descrevem de forma inexata, embora talvez conveniente, como ‘fins econômicos’ são, afinal, os meios em geral. E mesmo assim indiferenciados: como a moeda ou outros meios com poder aquisitivo

economia de mercado seria a fé nominalista no mecanismo econômico de mercado, diz:

Vejo nisso um desconhecimento da essência da economia social de mercado, cujos representantes nas suas pesquisas, se esforçam de modo especial em considerar o sistema dos valores sociais, aquilo que está ‘além da oferta e da procura’, e também as raízes religiosas das nossas convicções sociais e políticas<sup>17</sup>.

Daí que, para Hayek, seja verdade dizer que a ‘catalática’ é a ciência que descreve a única ordem global que comprehende quase toda a humanidade, e que o economista tem, por conseguinte, direito a insistir que o conducente a tal ordem seja aceite como um critério segundo o qual todas as instituições particulares são julgadas. Mas sem que com isso se pretenda dizer que ‘os fins econômicos’ prevaleçam sobre os outros.

Resumindo: não há, em última instância, fins econômicos. Os esforços econômicos dos indivíduos bem como os serviços que a ordem de mercado lhes fornece, consistem numa afetação de meios para competitivos propósitos últimos que são sempre não-econômicos. Por isso, defende que:

A tarefa de toda a atividade econômica é reconciliar os fins em competição ao decidir a quais deles os meios limitados devem ser aplicados. A ordem de mercado reconcilia as exigências dos diferentes fins não-econômicos pelo único processo que a todos beneficia – sem, contudo, assegurar que os mais importantes venham antes dos menos importantes, pela simples razão de que não existe um tal sistema, uma forma única de ordenar as necessidades<sup>18</sup>.

<sup>17</sup> Ver: MÜLLER-ARMACK, Alfred. *Regime Econômico e Política Econômica: Estudos e Conceitos sobre Economia Social de Mercado e Integração Europeia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. p. 280. Em nota o mesmo autor refere também obras de Wilhem Röpke (1899-1966) e Alexander Rüstow (1885-1963).

<sup>18</sup> HAYEK. *Law, Legislation and Liberty*. Vol. 2, p. 113.

Não é preciso lembrar aqui a proximidade entre este entendimento da economia de mercado e a concepção de ordem irenista de Müller-Armack<sup>19</sup>. Nem a sua insistência em que numa economia de mercado os valores básicos, por estarem para além ‘da oferta e da procura’, devem ser deixados ao sistema de normas gerado pelas instituições civis, morais e religiosas.

Acentuando uma visão integrada da ciência econômica que não só não confunde os ‘fins últimos’ com os ‘fins econômicos’ como não desliga os valores materiais dos não-materiais<sup>20</sup>, ou, talvez melhor, a independência econômica da prática dos valores espirituais. Numa concepção de ciência econômica análoga à de Lucas Beltrán (1911-1997):

Os problemas econômicos não estão separados dos outros, mas relacionados com eles; que as atividades econômicas não são fins, mas meios para obter os fins, e a fiscalização dos meios está ligada à dos fins; que a direção pelo Governo da vida econômica implica a direção de toda a vida humana<sup>21</sup>.

<sup>19</sup> Ver: MÜLLER-ARMACK. *Regime Econômico e Política Econômica*. p. 281-82. E, ainda em resposta ao já referido Dr. Nawroth, frisa:

A sociedade na qual vivemos é uma sociedade pluralista. Nela convivem católicos, protestantes e seculares, a questão da sua organização em comum pode receber impulso de um ou outro desses grupos. O problema de uma organização livre, no entanto, é que nela precisam de coexistir várias ordens de valores, sem que se deva permitir que um desses grupos seja reconhecido como representante da totalidade [...]. Essa sociedade pluralista, entretanto, dificilmente corresponderá a uma ordem deduzida dos conceitos de uma só crença específica. De modo que as organizações sociais têm certamente que satisfazer às exigências incondicionais dos cristãos, quer dizer, têm que ser constituídas de tal maneira, que os cristãos possam cumprir nela as suas obrigações. Mas não é possível que, na nossa política social, determinadas regras sejam aceites ou recusadas com base no seu fundamento religioso, como pretende Nawroth.

<sup>20</sup> A este propósito, ver: HAYEK. *Law, Legislation and Liberty*. Vol. 2, p. 130.

<sup>21</sup> BELTRÁN, Lucas. *Economía y libertad*. Madrid: Tecnos, 1978. p. 86.

Infelizmente, muitos críticos da sociedade de consumo, da corrupção, da perda do sentido da responsabilidade e da moral, nem sempre se dão conta de quanto o fator principal está no efeito perverso de um Estado 'benfeitor' (ou, malfeitor...) que, a par da governamentalização da sociedade, fomenta a irresponsabilidade, a corrupção e o desperdício. Levando cada vez mais pessoas a não assumir os seus deveres de cuidar do futuro dos seus, transformando a virtude do zelo previdente (previdência) num direito a exigir ao Estado-Providência. Um fenômeno que não escapou a Ludwig Erhard (1897-1977): o verdadeiro pai da chamada economia social de mercado<sup>22</sup>. Por isso, se mostrou contrário a toda a ordem econômica de livre mercado que impeça a iniciativa privada e a previsão e responsabilidade próprias quando o indivíduo particular se encontra em condições de praticar tais virtudes. Alertand-nos, já nos anos 1950, para as consequências de um Estado-Providência que leva a uma segurança ilusória e perigosa, em que cada um se sente no direito de colocar a mão no bolso do vizinho.

Aonde vamos parar e como manter o progresso se nos entregamos cada vez mais a uma forma de convivência humana em que já ninguém quer responder por si mesmo e todos procuram a segurança no coletivo? Esta evasão diante da

própria responsabilidade [...] a cegueira e a incúria intelectual com que abrimos caminho ao Estado provedor e benfeitor só pode resultar funesta. Este impulso, esta propensão, é o meio mais adequado para ir matando a pouco a pouco, mas com toda a segurança, as autênticas virtudes humanas: a disposição a assumir as próprias responsabilidades, a caridade e o humanitarismo, o desejo de ser digno de crédito, a prontidão a bastar-se a si mesmo e tantas outras e outras qualidades boas. E no fim de tudo isto talvez não nos aguarde a sociedade sem classes, mas a sociedade mecanizada e sem alma<sup>23</sup>.

Palavras proféticas que, todavia, não abalaram a crença generalizada nas políticas keynesianas: um terreno propício a intrigantes, vigaristas e charlatães<sup>24</sup>. Nem impediram o acentuar do movimento de substituição do moral e religioso pela filosofia social e econômica a que, já no século XIX, Alexandre Herculano (1810-1877) chamou 'filosofismo' (a tentativa de substituir a religião pela filosofia). Um movimento que, com a ajuda dos discípulos da Encyclopédie – esses homens de espírito superficial –, chegaria a ponto de se atrever a condenar todos os meios mais santos, mais suaves e produtivos, da felicidade pública: os religiosos<sup>25</sup>. Herculano está entre os que, apesar de não esconderem as suas dúvidas (de fé), procuram não confundir as suas convicções pessoais com a importância, tão eminentemente social e útil da religião<sup>26</sup>.

---

<sup>22</sup> Hayek não vê com bons olhos esta adjetivação de 'social'. Para ele o 'social' é já inerente à economia de mercado. Entendimento que aparece claro também em Erhard. Daí que se possa dizer que o sentido que atualmente se tem vindo a dar à expressão 'economia social de mercado' é contrário ao intencionado pelo seu maior popularizador. De resto, Hayek refere que lhe tinha sido assegurado pelo próprio Erhard em conversa "que para ele a economia de mercado não tinha que ser tornada social, era já assim em resultado da sua origem". Ver: HAYEK. **The Fatal Conceit**. p. 117. Para Hayek o atributo 'social' é apenas o mais usado do que chama palavras-borracha (ou doninha), por apagarem ou esvaziarem de sentido conceitos que à partida eram claros. Chegando a apresentar uma lista de 160 nomes qualificados com o adjetivo 'social'. Ver: HAYEK. **The Fatal Conceit**. p. 115-16.

<sup>23</sup> ERHARD, Ludwig. **Bienestar para todos**. Madrid: Unión Editorial, 1969. p. 183.

<sup>24</sup> ACTON, H. B. **La moral del Mercado**. Madrid: Unión Editorial, 1978. p. 202.

<sup>25</sup> HERCULANO, Alexandre. **Composições Várias**. Lisboa: Aillaud, Alves, Bastos & Cª. Editores, Lisboa, [s/d.]. p. 232.

<sup>26</sup> Ver: SARAIVA, António José. **Herculano e o Liberalismo em Portugal: Os problemas morais e culturais do regime (1834-1850)**. Lisboa: Edição do Autor, 1949. p. 72 e 74.

Hayek, por certo, subscreveria inteiramente Herculano quando afirma que sem religião “não há civilização verdadeira; sem civilização não há bons costumes, e sem estes não só a liberdade não é possível, mas nem sequer a sociedade”<sup>27</sup>.

Infelizmente, apesar dos avisos à navegação, o movimento prosseguiu e consequências disto foram a progressiva substituição da moralidade, dos bons costumes e da caridade pela política social, ou melhor, pela política social estatal ou governamental. Um mal a que não escapou a própria Igreja Católica que “tem gradualmente deslizado do espiritual para o social, do social ao econômico, da economia à política. Face ao modo de produção que predomina nas democracias, ela passou da crítica das faltas individuais à quase-condenação do sistema”<sup>28</sup>. Daí que o ‘pecado social’ tenha vindo a apagar os pecados pessoais. Ajudando assim a compreender melhor o que está por detrás da atuação dos amplos sentimentos de culpabilidade da sociedade ocidental:

A erosão do sentido de pecado pessoal, o que reflete por sua vez a perda de ênfase no indivíduo em relação à coletividade e da responsabilidade pessoal face às influências do ambiente. A culpabilidade coletiva substituiu o sentido do pecado pessoal<sup>29</sup>.

Acresce que para Alfred Müller-Armack, como para Hayek, a superação da contradição entre objetivos econômicos passa, não pelo triunfo de uns à custa de outros, mas por uma visão dinâmica da

<sup>27</sup> HERCULANO, Alexandre. *Composições Várias*, p. 177-178. Ver, também: HAYEK. *The Fatal Conceit*, p. 27-28; HAYEK, F. A. *The Constitution of Liberty*. London: Routledge & Kegan Paul, 1960. p. 435-36 (nota 36).

<sup>28</sup> PATERNOT, Jacques & VERALDI, Gabriel. *Dieu est-il contre l'économie?: Lettre à Jean-Paul II*. Paris: Editions de Falois, 1989. p. 220. Para mais desenvolvimento, ver Cap. IX de MOREIRA. *Filosofia e Metodologia da Economia em F. A. Hayek*. p. 291-339.

<sup>29</sup> BAUER, P. T. *Critica de la teoria del desarollo: Estudios y debates sobre la economia del desarollo*. Barcelona: Ed. Ariel, 1975. p. 15-16.

realidade e uma ideia irenista de ordem que impede: quer soluções extremas, como a preservação estática do tradicional, quer a mistura assistemática de todos os princípios, característica do intervencionismo<sup>30</sup>. É a esta luz que se deve entender a denúncia de uma mentalidade que confunde tradição com imobilismo – um conceito falso de tradição –, descobrindo que a defesa da ligação entre Solidariedade e Tradição está tão próxima da abertura ao sobrenatural<sup>31</sup> como longe da posição de John Maynard Keynes em relação às normas morais. O que nos ajuda a ver por que Wolfhart Pannenberg (1928-2014) diz que, embora se notem sinais de que se recomeça a redescobrir a importância da religião para a preservação da ordem social, para que tal aconteça falta, pelo menos nas sociedades ocidentais, um longo caminho até que os substitutos atuais da religião (sobretudo as ideologias socialistas) esgotem a sua força e desemboquem na desilusão definitiva. Só então “poderá ser reconhecida a religião como uma alternativa mais realista e mais sólida para a renovação da sociedade”<sup>32</sup>.

<sup>30</sup> MÜLLER-ARMACK. *Regime Econômico e Política Econômica*. p. 282-283. Acrescentado que o pensamento irenista de ordem é uma ideia estratégica dentro do conflito de objetivos divergentes. Uma fórmula de estilo pela qual se procuram conduzir os mais importantes objetivos da nossa sociedade a um novo equilíbrio prático, nunca realizado até agora na história. Importa aqui dizer para que a visão de ordem ou sistema de Hayek, embora de carácter menos sistemático, tem afinidades com a de Muller-Armack, em especial no que se refere à ideia de que os valores básicos da sociedade devem ser deixados ao cuidado do sistema de normas religiosas ou filosóficas (que Hayek por certo preferiria denominar religiosas e morais).

<sup>31</sup> Ver: VALVERDE, Carlos. De la sociedad ‘racional’ a la sociedad personalista. *Sillar* (Revista Católica de Cultura), Vol. 5, No. 8, p. 191-209. Veja-se a propósito o ponto 8 do Capítulo IX de: MOREIRA. *Filosofia e Metodologia da Economia em F. A. Hayek*, p. 320-26.

<sup>32</sup> Ver: UREÑA, Enrique M. *Ética y modernidad*. Salamanca: Universidad Pontifícia de Salamanca, 1984. p. 86. Note-se que para Pannenberg a crise moral do nosso tempo, mais que um fenômeno primário, é um fenômeno dependente da crise de sentido. Uma

Renovação da sociedade para a qual a razão pode contribuir, mas nunca reformular totalmente e muito menos substituir. Daí a importância de reabilitar um senso comum que é prévio e não fruto de um consenso ou negociação de interesses. Dando conta de que a melhoria da ordem alargada da interação humana exige mais evocação e aperfeiçoamento do que provação aos valores morais, estéticos ou religiosos. Um sentido de provação bem patente na geração de John Maynard Keynes, tal como expressou no artigo, de 1938, "My Early Beliefs" [Minhas Primeiras Crenças]:

Recusávamos totalmente qualquer obrigação pessoal de obedecer a normas gerais. Reclamávamos o direito a julgar cada caso individual segundo os seus méritos, e acreditávamos ter a sabedoria, experiência e autocontrole necessários para o fazer com êxito [...]. Repudiávamos por inteiro a moral estabelecida, as convenções e a moral tradicional. Dito de outra forma, éramos, no sentido estrito do termo, imoralistas<sup>33</sup>.

Reconhecendo, todavia, em carta de 1934 a Virginia Woolf (1882-1941), a influência da crença antiga:

A nossa geração, a sua e a minha, [...] deve muito à religião dos nossos pais. Os jovens [...] que são criados sem ela, nunca aproveitarão tanto a vida. São triviais, como cães no cio. Tivemos o melhor de ambos os mundos. Destruímos Cristo, mas tivemos seus benefícios<sup>34</sup>.

Estamos assim perante um marcado sentimento de superioridade intelectual e

---

crise para a qual só a *religião* é capaz de dar solução. Em suma; o ético só pode ter consistência enquanto constitui um aspeto da temática mais geral do sentido e da compreensão da realidade total.

<sup>33</sup> Ver: KEYNES, John Maynard. **Dos Recuerdos**. Barcelona: Acantilado, 2006, p. 109.

<sup>34</sup> SKIDELSKY, Robert. **Keynes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. p. 16.

moral, por parte de uma elite que se sentia chamada a "*edificar algo novo*" [...] "*uma nova sociedade que deveria ser livre, racional, civilizada, orientada para a verdade e a beleza*"<sup>35</sup>. Com a intenção, bem no espírito de Bloomsbury, de tentar unir o racionalismo de Cambridge com a emoção estética e sexual. Intento que se conseguiria "*aplicando o método analítico ao amor e às artes*"<sup>36</sup>. É interessante verificar como no capítulo sobre "Bloomsbury" – de *La vida de John Maynard Keynes* – Sir Henry Roy Forbes Harrod (1900-1978)<sup>37</sup> é levado a perguntar, tendo em conta o arreigado individualismo de Maynard: Como é possível conciliar o seu individualismo ardente e extremo, que era a medula do seu ser, com a sua fervorosa crença na planificação? Isto ao mesmo tempo que o seu individualismo ardente (comum aos seus amigos) tendia a considerar que os encarregados das tarefas do governo pertenciam a um tipo secundário de homens, cujo papel era essencialmente subordinado<sup>38</sup>.

Contradições que, a propósito da centralidade da (oferta e procura) moeda e

---

<sup>35</sup> Em autobiografia de Leonard Woolf (1880-1969), citada em: ROJO, L. A. **Keynes: su tiempo y el nuestro**. Madrid: Tecnos, 1985. p. 30.

<sup>36</sup> Citado em: SKIDELSKY, Robert. **John Maynard Keynes. Esperanzas Frustradas (1883-1920)**. Madrid: Alianza Editorial, 1986, p. 244. É a este propósito significativo que, na sua mais recente biografia, Richard Davenport-Hines nos dê conta de quão escrupuloso Keynes se revelou no tratamento estatístico dos seus encontros. Registrando a sua atividade sexual até ao mais ínfimo pormenor, incluindo números (65 relações em 1909, 26 em 1910, 39 em 1911, etc.), nomes ou iniciais dos parceiros e locais dos encontros. O primeiro registo data de 1901 e corresponde à perda da virgindade, aos 17 anos, numa relação homossexual com um colega de Eton – um elitista colégio interno privado. O último foi em 1925, data do seu casamento com a bailarina russa Lydia Lopokova (1892-1981), com lua-de-mel passada na companhia do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951); um primo em segundo grau da mãe de F. A. Hayek. DAVENPORT-HINES, Richard. **Universal Man: The Seven Lives of John Maynard Keynes**. New York: Harper Collins Publishers, 2015.

<sup>37</sup> HARROD, R. F. **La vida de John Maynard Keynes**. Mexico: FCE, 1958, p. 227-230.

<sup>38</sup> Idem. *Ibidem.*, p. 228.

dos meios de financiamento, Keynes acentuou ao dizer que tais meios resultam de decisões incertas de três grandes agentes sociais de que depende a economia: os empresários, os especuladores e o governo, que são quem, animados pela ganância monetária, põe em marcha a produção. A maioria da população, os trabalhadores e consumidores, atua de forma reativa, como espectadores das decisões que tomam os atores principais. Keynes tinha uma visão hierárquica da sociedade, em que os únicos que atuavam motivados pelo interesse geral eram os governantes. Vendo por sua vez os empresários, banqueiros e especuladores como seres mesquinhos, cheios de defeitos, e o resto da população como inúteis consumidores passivos<sup>39</sup>.

O que nos conduz à questão de saber a quem cabe conduzir um processo de que pode, afinal, depender a manutenção do tipo de civilização que conhecemos? Questão que tem implícita uma tensão entre a pretensão de Keynes (e seus amigos) de que o governo de Inglaterra tem estado – e deverá continuar a estar – nas mãos de uma aristocracia intelectual que usa o método da persuasão e as necessidades de planificação, que obrigarão a que as funções do governo se tornem mais alargadas e diversificadas. Dilema que Harrod expressou em duas preocupações: Será que a aristocracia continuará a ter o controlo essencial da situação? Como conciliar o funcionamento de uma democracia planificadora e intervencionista com a necessidade de em última instância prevalecer o melhor juízo (que seria sempre de um pequeno grupo de gente inteligente que assumiria as decisões, como teria acontecido com o plano de Bretton Woods)?

Problemática que Harrod liga à eterna questão econômica dos “meios” e dos “fins”. Considerando que os economistas conscientes tendem a realçar que a sua ciência se refere aos “meios”, cabendo a

outros a prescrição dos fins. Só que, no caso de Keynes, por ser um economista ligado a assuntos práticos, onde é mais difícil traçar tal linha divisória, Harrod acha compreensível que as suas recomendações contenham, implicitamente, uma ideia dos fins apropriados para a sociedade, e alinhados com as preocupações da elite a que Keynes pertencia<sup>40</sup>. Posição que, como vimos, contrasta com a ideia de Hayek ao frisar que no processo civilizacional a economia se refere aos “meios” e que os “fins” são sempre “não econômicos”.

Uma melhor compreensão das diferenças entre Keynes e Hayek entre “Economia e Civilização” e o problema dos meios e dos fins, pode ser conseguida através da recordação de um episódio (contado por Harrod) que tem a vantagem de, aparentemente expressar uma posição mais conciliadora por parte de Keynes.

Ao terminar um discurso numa refeição que ofereceu ao Conselho da Real Sociedade Econômica em 1945, a propósito da sua saída da direção do *Economic Journal* depois de um desempenho de 33 anos. Tinha sido um magnífico discurso: fácil, agradavelmente fluido, em tom suave, cheio de anedotas divertidas e de fascinantes descrições. Finalmente fez um brinde. “Brindo em nome da Real Sociedade Econômica, da Economia e dos economistas que são os garantes...”. Teria sido fácil acrescentar “da civilização”. E sentar-se ante os habituais aplausos. Mas continuou: “... os garantes, não...”. O auditório não poderia senão pensar, a que propósito vem esse pedante “não”? [...] um não que, no meio de um ambiente de boa comida e bebida, não parecia muito apropriado. Mas Keynes que sempre dizia a coisa de forma simples e audaz tinha escolhido as palavras com cuidado. “e para os economistas, que

<sup>39</sup> CRESPO, Ricardo. *El pensamiento filosófico de Keynes: Descubrir la melodía*. Madrid: Ed. Internacionales Universitarias, 2005.

<sup>40</sup> HARROD, R. F. *La vida de John Maynard Keynes*. p. 228-29.

são os garantes, não da civilização, mas da possibilidade de civilização”<sup>41</sup>.

Acrescentando:

Keynes tinha dito o que queria. Para ele, os seus amigos de Bloomsbury, como Lytton Strachey (1880-1932), Duncan Grant (1885-1978) e Virginia Woolf, é que eram os garantes da civilização. Os economistas tinham um papel mais humilde, mas também indispensável: a que dedicou a sua vida<sup>42</sup>.

Conclusão que nos poderia levar a admitir haver uma afinidade de ideais e até de sentido de vida entre Hayek e Keynes. Mas a proximidade é só aparente. É verdade que o propósito de Hayek também era fomentar o florescimento da intelectualidade liberal, na esperança de que a opinião pública a seguisse. Mas lendo um seu texto de recordações pessoais sobre a redescoberta da liberdade na Alemanha e os primeiros momentos de movimento internacional, a distância (entre ambos) torna-se clara:

Seria pretensioso dizer que estava ao serviço da liberdade; seria mais exato dizer que pretendia chegar a entender as condições prévias para a liberdade. Porque é um verdadeiro problema haver tanta gente que acredita que a liberdade se pode impor a partir de cima, em lugar de criar as condições prévias que permitam que o povo configure o seu próprio destino<sup>43</sup>.

Ora para compreender as diferenças entre os dois, importa começar por perceber que para Hayek a primeira homenagem a prestar à razão é reconhecer as suas implícitas

<sup>41</sup> Idem. *Ibidem.*, p. 229-30.

<sup>42</sup> Idem. *Ibidem.*, p. 230.

<sup>43</sup> HAYEK, F. A. **The Fortunes of Liberalism. Essays on Austrian Economics and the Ideal of Freedom.** Ed. Peter G. Klein. Chicago: The University of Chicago Press, 1992. (*The Collected Works of F. A. Hayek*, Volume IV). p. 191.

limitações, e que são, em grande medida, essas limitações que fazem com que as ações humanas surtam efeito<sup>44</sup>. Trata-se, no fundo, de inverter um processo que nos levou a confiar de menos no homem comum e de mais nas elites que se querem impor ao poder ou nos burocratas e políticos que ocupam o aparelho de Estado. Além de que Hayek primava pelo ceticismo em relação à atuação e motivações dos governos. Mais ainda quando elites e governantes se aliam para minar os valores tradicionais de que depende a civilização: vendo o perigo de se criar um povo no sentido do governo e não um governo no sentido do povo<sup>45</sup>. Um perigo que se agudiza numa época em que a manutenção do governo no poder depende mais da chamada ‘justiça social’ a fazer aos grupos de interesse de quem depende a sua eleição, do que do intransigente respeito pela lei e os bons costumes: o interesse do povo. Uma posição em parte análoga às diferenças entre Adam Smith (1723-1790) e François Quesnay (1695-1774) em relação à liberdade. Para os fisiocratas franceses a realização do sistema de “liberdade perfeita” teria de ter a aprovação e proteção de um grande monarca. Quesnay preocupava-se, por isso, tanto com o poder real como com o bem-estar do povo, já Smith desconfiava do poder real e considerava a liberdade como elemento constitutivo do bem-estar popular<sup>46</sup>.

Passemos, então, a um segundo ponto que nos permitirá um mais cabal contraste de pontos de vista sobre a relação entre Economia e Civilização. Num texto de 1930

---

<sup>44</sup> Ver: RUBIO DE URQUÍA, Rafael. *La Encíclica Sollicitudo Rei Socialis y los sistemas de organización de la actividad económica*. In: FERNÁNDEZ, Fernando (Coord.). **Estudios sobre la Encíclica Sollicitudo Rei Socialis**. Madrid: Unión Editorial, 1990. p. 252.

<sup>45</sup> Ver: QUEIRÓS, Francisco Fortunato. **D. Pedro V e o seu pensamento político**. Vol. IV (Lembranças IV e V). Porto: Assembleia Distrital do Porto, 1981. p. 88.

<sup>46</sup> WEST, E. G. **Adam Smith. El hombre y sus obras**. Madrid, Unión Editorial, 1976. p. 210.

sobre “As possibilidades de nossos netos”<sup>47</sup> Keynes, com base na previsão de que daqui a cem anos estaremos oito vezes melhor, no sentido econômico, divide as necessidades humanas em dois tipos: as mais baixas, que seriam as econômicas, e as superiores. As primeiras seriam as necessidades básicas, que, depois de satisfeitas nos obrigariam a dedicar as nossas energias adicionais a fins “não econômicos”. Daí a necessidade de nos preparamos para um futuro, sem preocupação com a economia (as necessidades básicas), e cada vez mais virado para os prazeres da vida. Admitindo que, desde que não se produzam guerras ou grandes aumentos da população, o *problema econômico* se pode resolver ou pelo menos ter perspectiva de solução dentro dos tais cem anos. Resumindo, para Keynes, o *problema econômico* foi, no passado, o *problema permanente do gênero humano*, mas não será assim no futuro. Por isso se interroga: como preparar a humanidade para um novo mundo em que as pessoas ficariam privadas da sua finalidade tradicional: a subsistência?<sup>48</sup>

Tanto mais que, no futuro, o problema seria: como ocupar o ócio de modo a viver bem de forma sábia e agradável? Aqui, Keynes admite que, embora os incansáveis e decididos fabricantes de dinheiro nos facilitem a chegada ao regaço da abundância econômica, caberá sempre às pessoas preparar-se para o seu desfrute quando ela chegar. Uma via para a abundância, para uma nova forma de civilização, que, todavia, não estava isenta de dificuldades:

<sup>47</sup> KEYNES, John Maynard. *Ensayos de Persuasión*. Barcelona: Crítica, Barcelona, 1978. p. 323-33.

<sup>48</sup> O que, para Keynes, obrigaria a uma mudança de hábitos que ilustra com a crise nervosa que, ao tempo, seria corrente (na Inglaterra e EUA) entre as esposas das classes endinheiradas, que se viam privadas, por causa da sua riqueza, das suas tarefas e ocupações tradicionais, e que não podiam encontrar suficiente diversão, quando privadas do estímulo da necessidade económica de cozinhar, lavar e coser. Um problema que não teriam as mulheres de limpeza por, erradamente, imaginariam o nada fazer como sendo o céu. Ver: KEYNES. *Ensayos de Persuasión*. p. 328-29

Não há país nem pessoa, que possa considerar a era do ócio e da abundância sem temor. Porque fomos preparados para lutar e não para desfrutar<sup>49</sup>.

Mas Keynes não se fica por aqui, prevê mudanças noutras esferas, incluindo nos códigos morais puritanos, quando a acumulação de riqueza deixar de ter tão grande importância social. Altura em que nos poderemos livrar de muitos dos princípios pseudomorais, que têm pesado durante duzentos anos sobre nós, e em nome dos quais temos exaltado algumas das qualidades humanas mais desagradáveis, colocando-as na posição de virtudes mais altas. Só então nos será permitido o atrevimento de dar ao motivo monetário o seu verdadeiro valor: o amor ao dinheiro como meio para gozar dos prazeres e realidades da vida, que opõe ao amor ao dinheiro como posse. Keynes revela-nos assim um modo de olhar para a sociedade que, embora menos conhecido e menos evidente nas suas obras “econômicas”, se torna claro e expressivo em muitos outros escritos, onde, explicitamente, classifica a preocupação com o futuro de “mórbida”, de “semi-criminosa”, e de “semi-patológica”, avançando até que deve ser tratada como “doença mental”<sup>50</sup>.

Um desprezo pelo homem “com pretensões” e com preocupações com a imortalidade e o futuro que fica bem ilustrado com a história que conta do professor do romance *Sylvie and Bruno* de Lewis Carroll (1832-1898):

“Sou eu, o alfaiate, senhor, com uma continha”, diz uma voz suave de fora da porta.

“Ah, bom, logo tratarei do vosso negócio – disse o professor às jovens – esperem

<sup>49</sup> Obrigando a novos planos de vida, com turnos só de três horas ou quinze semanais. O que pelo menos no mundo ocidental reduziria o peso do velho Adão dentro de nós. Ver: KEYNES. *Ensayos de Persuasión*. p. 330.

<sup>50</sup> KEYNES. *Ensayos de Persuasión*. p. 331-32.

um pouco. Quanto é, este ano, amigo? Enquanto falava o alfaiate ia entrando. "Bem, tem vindo a duplicar, durante todos estes anos, como o senhor sabe – respondeu o alfaiate de modo um pouco brusco – que gostaria de ter o dinheiro agora. São duas mil libras."

"Oh, isso não é nada – observou despreocupadamente o professor, mexendo no bolso, como se sempre tivesse pelo menos *essa* quantidade dentro – , mas, não gostaria de esperar outro ano e receber *quatro* mil? Pense só quão rico ficaria! Poderia até ser um rei, se quisesse!"

"Não sei se me interessaria ser um rei – disse o homem pensativamente – , mas aviva-me uma visão do dinheiro. Bem, penso que vou esperar."

"É natural que o faça – disse o professor – , tem todo o sentido. Logo o verei. Bom dia, amigo!"

Vai pagar-lhe alguma vez essas quatro libras?", perguntou *Sylvie*, depois de se ter fechado a porta ao credor.

"*Nunca*, amiguinha – respondeu enfaticamente o professor – , continuarei dobrando a quantia até que morra. Já viu, vale *sempre* a pena esperar outro ano para ter o dobro do dinheiro".

Uma chacota em relação às virtudes tradicionais que se ajusta bem à apreciação feita por um alto funcionário dos EUA, Russell Leffingwell, que negociou com Keynes durante a Conferência de Paz de Paris em 1919, era "sempre perverso, travesso, um rapaz brilhante, chocando seus admiradores mais velhos ao questionar a existência de Deus e os Dez Mandamentos!"<sup>51</sup>

Postura que mais tarde Keynes, ainda que modestamente, reafirmará, ao considerar que, aos 55 anos, estava demasiado velho para mudar de atitude e, por isso, continuaria

a considerar-se um imoralista<sup>52</sup>. Mostrando que a "moral" proclamada pelo professor de *Sylvie* e *Bruno* está em sintonia com os seus continuados ataques à virtude da economia (ou da poupança) e à moral tradicional da "virtue of saving" que caracterizam o autor da expressão "eutanásia do *rentier*"<sup>53</sup>: reveladora do seu desprezo pela função desempenhada pelas classes proprietárias na preservação de uma civilização decente"<sup>54</sup>. O mesmo Keynes cujas teorias justificaram políticas de inflação, ainda que ele mesmo tivesse acusado Lenin de ter chegado à conclusão que "o melhor modo de destruir o sistema capitalista é desvalorizar a moeda"<sup>55</sup>. Inconsistências que justificam as irônicas interrogações de Robert Skidelsky:

Quando Keynes (na sua *Teoria Geral*) falava sobre a moeda, e não sobre bens, como sendo "o objeto do desejo", estava sendo frívolo ou colocando algo profundo em termos jocosos? Quão seriamente pode-se aceitar sua sugestão de que se deveria "fazer o dinheiro deteriorar-se, como *queijo verde*" (produzido por banco central sob controle público). Será que temos que dar razão à fabiana Beatrice Webb (1858-1943), quando escreveu: "Keynes não leva a sério questões econômicas; faz delas um jogo de xadrez em suas horas de lazer. O único culto sério para ele era a estética?"<sup>56</sup>

<sup>52</sup> Para mais desenvolvimento e respetivas referências bibliográficas, ver: MOREIRA. *Filosofia e Metodologia da Economia em F. A. Hayek*. p. 400. Sobre este tema, ver: também ROTHBARD, Murray N. *Keynes, the Man*. In; SKOUSEN, Mark (Ed.). *Dissent on Keynes: A Critical Appraisal of Keynesian Economics*. New York: Praeger, 1992. p. 171-98.

<sup>53</sup> Na versão em português "eutanásia do rendeiro". Ver: KEYNES, John Maynard. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970. p. 354.

<sup>54</sup> Embora fosse igualmente capaz de defender o contrário, veja-se: HAYEK, F. A. *Contra Keynes and Cambridge. Essays, Correspondence*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995. p. 230.

<sup>55</sup> Idem. *Ibidem.*, p. 247.

<sup>56</sup> SKIDELSKY. *Keynes*. p. 13.

Jogo que levará Keynes a louvar “os que menos pensam no amanhã”, colocando “os fins acima dos meios” e preferindo “o bom ao útil”. Caminhos de “virtude” e “sã sabedoria” que o conduzem à afirmação:

Honraremos todos quantos podem ensinar-nos como podemos aproveitar bem e virtuosamente a hora e o dia, gente deliciosa que é capaz de desfrutar diretamente das coisas, os lírios do campo que não trabalham nem fiam.

Só que, como que esse tempo ainda não chegou, aconselha-nos, pelo menos durante os próximos cem anos, a

continuar a fingir, nós e todos os outros, que o justo é mau e o mau é justo, porque mau é útil e o justo não o é. Deixando que a avareza, a usura e cautela sejam os nossos deuses durante o tempo suficiente para nos livrarmos do túnel da necessidade econômica e chegarmos à luz do dia. Apresando assim o tempo dessa bem-aventurança econômica em que classes e grupos cada vez maiores de pessoas terão os problemas da necessidade econômica praticamente eliminados<sup>57</sup>.

Terminando o seu ensaio sobre “as possibilidades econômicas dos nossos netos”, com uma recomendação:

Não exageremos a importância do problema econômico nem sacrificemos as suas supostas necessidades a outras de maior significado e permanência. A

<sup>57</sup> KEYNES. *Ensayos de Persuasión*. p. 332-33. Para Keynes, o ritmo a que conseguirmos alcançar essa bem-aventurança econômica depende de quatro coisas. O nosso poder para controlar a população, a nossa capacidade para evitar guerras e desavenças civis, o nosso desejo de confiar à ciência a direção daquelas matérias que lhe são próprias e a taxa de acumulação determinada pela diferença entre a nossa produção e o nosso consumo. Acrescentando que a última se resolverá facilmente, por si mesma, dadas as três primeiras. Incita-nos, no entretanto, a ir fazendo alguns preparativos para o nosso destino de sonho, animando e experimentando as artes da vida.

economia deve ser um assunto reservado a especialistas, como a odontologia. Seria estupendo que os economistas conseguissem ser considerados pessoas modestas e competentes como os dentistas!<sup>58</sup>

Importa retomar aqui a ideia de Keynes de que “*a economia é condição, não garante da civilização*”, para reforçar as diferenças em relação a Hayek. A modéstia que Keynes exige aos economistas é para deixar os andares cimeiros do edifício humano (destinados às necessidades superiores) ao cuidado dos garantes da civilização: elites como as de Bloomsbury dadas ao privilégio do imediato e do consumo. Já para Hayek, a garantia da civilização passa pela elevação das pessoas comuns: das suas crenças, valores e fins. Por “*uma visão não dualista do comportamento humano*”<sup>59</sup>, que obriga a pressupor que o bem e o mal, longe de ser linha de divisão entre homens – os bons e os maus –, é um traço que trespassa o coração de todos os homens e mulheres. Daí a necessidade de, na linha da Escola de Salamanca<sup>60</sup>, cuidar da formação moral dos cidadãos, percebendo-se que a economia trata de problemas humanos, não de questões técnicas, como bem lembrou Skidelsky a propósito do keynesianismo:

Enquanto confiarmos em soluções técnicas para colmatar lacunas morais e os governos se apressarem a fornecer pacotes de resgate que possibilitam que o carrossel comece outra vez a girar, somos obrigados a oscilar entre um

<sup>58</sup> KEYNES. *Ensayos de Persuasión*. p. 333.

<sup>59</sup> ALVES, André Azevedo & MOREIRA, José Manuel. *O que é a Escolha Pública: Para uma análise económica da política*. Cascais: Principia, 2004. p. 29-30.

<sup>60</sup> ALVES, André Azevedo & MOREIRA, José Manuel. *The Salamanca School*. New York: Bloomsbury, 2013. Ver, também: ALVES, André Azevedo & MOREIRA, José Manuel. *Business Ethics in the School of Salamanca*. LUETGE, Christoph. *Handbook of Philosophical Foundations of Business Ethics*. Dordrecht: Springer, 2013. p. 207-25.

delírio e outro, pontuados por períodos de tempo de colapso<sup>61</sup>.

Aqui, contudo, mais que a imagem do “carrossel”, importa, para melhor apanhar a ligação da economia à civilização, chamar à liça uma definição do insuspeito Robert L. Heilbroner (1919-2005) – que aparece (no Capítulo 9 sobre Keynes) do famoso livro *The Worldly Philosophers* de 1953: “A economia é como um elevador que pode subir e descer, mas às vezes também fica preso na cave”<sup>62</sup>.

Foi o que ocorreu durante séculos. Mas para Keynes nos próximos cem anos o elevador da economia, embora possa ficar na cave, no

---

<sup>61</sup> SKIDELSKY, Robert. Princípios morais e desagregação. *Público*, 5 dezembro de 2008.

<sup>62</sup> HEILBRONER, Robert L. *Vida y doctrina de los grandes economistas*. Trad. Amando Lázaro Ros. Barcelona: Ed. Orbis, 1984. p. 141. Na edição original em inglês: “The economy is like an elevator that can go up and down, but also get stuck in the basement at times” (HEILBRONER, Robert L. *The Worldly Philosophers: The Lives, Times and Ideas of the Great Economic Thinkers*. New York: Simon & Schuster, 1953). Na versão de 1999 surge outra formulação, mas com o mesmo sentido elogioso da manipulação:

*The General Theory had a startling and dismaying conclusion. There was no automatic safety mechanism after all! Rather than a seesaw that would always right itself, the economy resembled an elevator: it could be going up or down, but it could also be standing perfectly still. And it was just as capable of standing still on the ground floor as at the top of the shaft. A depression, in other words, might not cure itself at all; the economy could lie stagnant indefinitely, like a ship becalmed. [A Teoria Geral tinha uma conclusão surpreendente e desanimadora. Afinal, não havia nenhum mecanismo automático de segurança! Em vez de um baloiço que tendia sempre a equilibrar-se, a economia parecia um elevador: podia subir ou descer, mas também ficar parada Era tão capaz de se manter parada no rés-do-chão como no topo. Por outras palavras, uma depressão afinal de contas poderia não se curar a si própria; a economia poderia manter-se parada indefinidamente, como um barco numa calma].*

Ver: HEILBRONER, Robert L. *The Worldly Philosophers: The Lives, Times and Ideas of the Great Economic Thinkers*. New York: Touchstone Book, 1999. p. 165.

que respeito aos fins propriamente econômicos, se bem manipulado, vai permitir a cada vez mais pessoas e classes ascender ao topo, a fins superiores: à medida que a bem-aventurança econômica nos permite desfrutar dos prazeres e artes da vida e da civilização. Uma divisão entre economia e civilização presente em todo o pensamento econômico que liga a economia ao modo como o homem resolve o problema da sua sobrevivência: o seu sustento diário ou, quando muito, a procura do bem-estar material. Já com os neoclássicos, a economia deixou de ser uma parte da realidade, para se transformar num prisma, uma forma de olhar para a realidade, a partir de uma estrutura de análise da escolha humana. Dando assim razão a Alfred Marshall (1842-1924) quando dizia que “*todos os assuntos correntes da vida do homem poderiam ser objeto da economia*”.

É verdade que, mesmo nesta perspectiva, ainda muito presa à questão da adequação dos meios aos fins, se tende a centrar a atividade que a economia se propõe estudar mais nos fenômenos físicos do que nas pessoas. Foi, por isso, necessário esperar pela escola austriaca para que a economia deixasse de atender tanto aos graus de conveniência de determinados tipos de objetos físicos: visando a satisfação das necessidades humanas e a busca de uma situação de equilíbrio. Com os austriacos a economia passou a perceber-se como atividade de pessoas com conhecimentos específicos de tempo e lugar, e com propósitos orientados pelas suas crenças, percepções e expectativas. Apontando para situações de incerteza, que implicavam a identificação de alternativas relevantes, que se constituem como parte da própria decisão. Só que, como salienta Vernon L. Smith, dentro da escola austriaca contamos com duas interpretações, aparentemente contraditórias, que enriquecem amplamente os princípios herdados de Adam Smith<sup>63</sup>. A primeira é a de Ludwig von Mises, centrada na

---

<sup>63</sup> SMITH, Vernon L. Reflexões sobre o Ação Humana de Mises. Trad. . MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia, Vol. I, No. 2 (jul.-dez. 2013): 387-400.

“razão” como um marco que originou “todas as realizações que consideramos especificamente humanas”<sup>64</sup>, com a sua ênfase na primazia do indivíduo e suas escolhas conscientes. E segunda a de F. A. Hayek, que tende a considerar como presunção fatal a ideia de que, numa ordem alargada da interação humana, a capacidade de adquirir habilidade deriva da razão:

Para compreender nossa civilização é preciso perceber que esta ordem não foi fruto do designio ou da intenção humana, mas nasceu espontaneamente; nasceu de certos costumes tradicionais e em grande medida morais, muitos dos quais desagradam aos homens, cuja importância estes em geral não entendem, e cuja validade não podem provar, e que, não obstante, se difundiram de modo relativamente rápido, graças a uma seleção evolucionária – o crescimento comparativo da população e da riqueza dos grupos que por acaso os seguiram<sup>65</sup>.

Um modo de criar ordem de forma não intencionada que está bem presente num notável texto de Jeffey Tucker: “Entendendo a genial constatação de Hayek em São Paulo”. Onde, no topo de um arranha-céus, a partir de um elegante bar chamado Skye, ao vislumbrar a cidade de todas as direções, Jeffrey diz ter compreendido que:

O grande desafio da liberdade é saber olhar o mundo lá de cima, não como uma ave predatória [como o Estado], mas sim com a reverência e estupefação que sentimos como passageiros quando olhamos da janela do avião. Devemos ver e apreciar a impressionante e valiosa complexidade do nosso mundo, uma

ordem que pode ser observada mas que jamais pode ser controlada desde o topo. É assim que imagino como Hayek via o mundo quando escreveu o seu famoso artigo “O Uso do Conhecimento na Sociedade”<sup>66</sup>.

A mesma visão confiante que Stephen Kresge atribui a Hayek:

O mercado, a ordem espontânea das instituições sociais, não necessita de justificação ou imposição. É a própria vida, e basta esperar, pois as muralhas acabam por ser derrubadas<sup>67</sup>.

De acordo com Pascal Salin:

Quiçá o confronto entre Mises e Hayek possa ser visto como uma tensão entre dois tipos de liberalismo: um mais filosófico e personalista e outro mais racionalista e utilitarista: porventura, estranhamente, mais propenso a ser apropriado pela lógica do Estado de bem-estar. Um liberalismo instrumental que ao valorizar a técnica de gestão econômica como uma espécie de materialismo da economia, pode levar-nos a esquecer que o verdadeiro liberalismo precisa de se inspirar numa metafísica e numa ética<sup>68</sup>.

Importa contudo, perceber que, mesmo no âmbito do liberalismo de pendor utilitarista e racionalista há várias feições, daí a importância de manter vivo o diálogo entre as duas grandes tendências da escola: Mises e Hayek. Combinando a ênfase hayekiana numa ordem alargada da interação humana, que vai

<sup>64</sup> MISES, Ludwig von. **Ação Humana: Um Tratado de Economia**. Trad. Donald Stewart Jr. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 3<sup>a</sup> Ed., 2010. p. 123.

<sup>65</sup> HAYEK, F. A. **Arrogância Fatal. Os Erros do Socialismo**. Trad. Ana Maria Capovilla e Cândido Mendes Prunes. Porto Alegre: Editora Ortiz/Instituto de Estudos Empresariais, 1995. p. 21.

<sup>66</sup> TUCKER, Jeffrey. Entendendo a genial constatação de Hayek em São Paulo. Site do IMB: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1329>

<sup>67</sup> KRESGE, Stephen. Introducción. In: **Hayek sobre Hayek. La fatal arrogância**. Madrid: Unión Editorial, 2<sup>a</sup> edição, 1997. p. 35.

<sup>68</sup> SALIN, Pascal. **Liberalismo: Una nueva y profunda evaluación del pensamiento liberal**. Madrid: Unión Editorial, 2008. p. 29.

para além da razão, com o acento misesiano na lógica da motivação da ação humana<sup>69</sup>. Sempre em busca de um equilíbrio entre o racionalismo de Mises e o anti-racionalismo de Hayek, a que Leonardo Coimbra (1883-1936), por certo, chamaria “irracionalismo” por excesso, não por defeito<sup>70</sup>. Opor um ao outro, significaria empobrecer a tradição austriaca. Louva-se, por isso, os responsáveis pelo Instituto Ludwig von Mises Brasil (IMB) e, de modo especial, a liderança de Helio Beltrão pela determinação, coragem e clarividência em evitar os excessos, mantendo a lucidez de não separar a fundamentação teórica do envolvimento prático: unindo assim, em vez de dividir, o movimento liberal.

Um equilíbrio dinâmico a que, como vimos, só se chegou depois de dois andamentos. Primeiro, a passagem de uma concepção da economia prisioneira da relação física entre meios e fins, para outra, mais centrada na valorização da razão que ordena fins e meios, a que seguirá a ênfase nos limites da razão humana. Num movimento que vai da racionalidade da ação humana para a sustentabilidade da ordem alargada da interação – ou cooperação – humana. Obrigando a que a visão da economia focada na base da “construção” (ou mesmo no elevador de sustentação) do edifício humano,

<sup>69</sup> Vale lembrar que no século XIX ser economista significava compreender as motivações individuais da ação humana. Daí que um economista não pudesse ser senão liberal e que a característica do liberal fosse ter estudado economia. Um discurso coerente com uma tradição austriaca de economia que realça a oposição entre “ordem social construída” e “ordem social espontânea”, e bem em linha com a dissidente clarificação de ideias que Frédéric Bastiat (1801-1850) nos oferece em “Justiça e Fraternidade”: os socialistas creem no antagonismo essencial de interesses, enquanto os economistas confiam na harmonia necessária e progressiva desses interesses. Ver: SALIN. **Liberalismo**. p. 55.

<sup>70</sup> Para uma “aproximação” entre este autor e Hayek, veja-se: MOREIRA, José Moreira. A propósito de Leonardo Coimbra e do ‘seu’ individualismo. In: **Filosofia e Ciência na obra de Leonardo Coimbra**. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1994. p. 223-44.

se eleve até um entendimento simbiótico ou catalático da natureza da economia: como incrível associação para benefícios mútuos: a bem de todos e do todo humano<sup>71</sup>. Em que a “construção” dá lugar à coordenação (ou reconciliação) de fins: numa ordem alargada de inter-ação-relação edificante e recriadora do humano. Dando sentido cooperativo à racionalidade dos meios e verdade à sustentabilidade aos fins: sem o desprezo pelo futuro e o apagamento do tempo e das rugas, próprio do keynesianismo, mas também sem a fobia dos ambientalistas fanáticos.

Tempos novos que estão a possibilitar que cada vez mais pessoas comuns contestem a arrogância de uma *intelligentia* que se sente no direito de “educar” e manipular os outros. Descobrindo que a verdadeira liberdade está no coração dos homens e mulheres, e que, quando ela desaparece, não há constituição, lei ou tribunal que a possa salvar. O que ajuda a ver quanto a crença de que os processos que são conscientemente dirigidos são necessariamente superiores a qualquer processo espontâneo, é uma superstição infundada. E a entender melhor Alfred North Whitehead (1861-1947) quando nos desafia para o argumento contrário: “*a civilização avança pelo alargamento do número de operações importantes que nós podemos realizar sem pensar nelas*”<sup>72</sup>.

Está assim criado um ambiente favorável ao sucesso do nosso combate, em que a afinidade entre brasileiros e portugueses nos deverá levar a uma aproximação na exigência de resposta aos desafios do tempo que

<sup>71</sup> Ver: MOREIRA, José Manuel. O Estado Providência e a Crise. Sobre a natureza da economia e a tarefa dos economistas. **Revista Portuguesa de Filosofia**, Tomo 65, fasc.1-4, 2009, p. 321-48. Volume intitulado: A Civilização da Economia e as Respostas da Filosofia: sobre a Pertinência e a Praxis do Saber.

<sup>72</sup> WHITEHEAD, Alfred North. **An Introduction to Mathematics**. Home University Library, 1911. p. 61. Referida em: HAYEK, F. A. **The Counter-Revolution of Science: Studies on The Abuse of Reason**. New York / London: The Free Press of Glencoe / Collier-Macmillan, 1964. p. 87.

vivemos, mas também à obrigação de, mesmo escrevendo em português, preservar o pensar brasileiro e português. Emprestando assim mais riqueza e diversidade a uma Escola cuja abertura ao universal se faz de forma dinâmica e a partir de mulheres e homens situados no tempo e lugar. Aproveitando em 2015 os “450 anos” da fundação da cidade imperial do Rio de Janeiro para, dos dois lados da língua atlântica, animar todos quantos apostam na formação de seres humanos mais capazes de corresponder cabalmente às exigências teóricas, filosóficas e éticas da Escola Austríaca<sup>73</sup>. E que tal inspirarmo-nos na obra de Hayek - uma catedral do liberalismo integral<sup>74</sup> – para ganhar novo folgo na luta sem tréguas ao “construtivismo” e à sua pretensão de que, já que o homem criou as instituições da sociedade e da civilização, pode também alterá-las à vontade para satisfazer os seus desejos e caprichos?<sup>75</sup>

Na Antiga Grécia, os atenienses, depois de muito enganados por quem se esforçava por ganhar os votos dos cidadãos para, depois, abusar do poder – os tiranos – passaram a ter mais cuidado. E com medo de perder a liberdade, resolveram banir todo e qualquer político que mostrasse sinais de se tornar demasiado popular, não fosse tomar conta do poder e governar como um tirano.

Preocupação afim com a manifestada por F. A. Hayek no final do seu discurso no Banquete de Gala por ocasião da Entrega do Prêmio Nobel, em 10 de dezembro de 1974:

Deveriam lembrar ao agraciado o sábio conselho de um dos grandes homens de nossa área, Alfred Marshall (1842-1924), que escreveu: “Os estudantes de ciências

sociais devem temer a aprovação popular: o Mal os acompanha quando todos os homens os elogiam”.

Temor que não pode ser separado da sua constante inquietação com as ameaças à civilização resultantes dos abusos da Razão: bem presente título da sua última obra – Arrogância Fatal – e na parte final do discurso à memória de Alfred Nobel:

Há perigo no sentimento exuberante de um poder sempre crescente que o avanço das ciências físicas engendrou e que tenta o homem a experimentar “a vertigem do sucesso”, para usar uma frase típica do início do comunismo, a sujeitar não só nosso ambiente natural, mas também o humano ao controle da vontade humana. O reconhecimento dos limites insuperáveis do conhecimento deve, de fato, ensinar ao estudioso da sociedade uma lição de humildade que deve impedi-lo de tornar-se cúmplice na luta fatal dos homens pelo controle da sociedade – uma luta que o torna não só um tirano dos semelhantes, mas que pode muito bem torná-lo o destruidor de uma civilização não criada por nenhuma mente, mas surgida dos esforços livres de milhões de indivíduos.

Deixem-me regressar à imagem do “carrossel” usada por Skidelsky, que reganhou força com a presente crise e as dificuldades de sair dela<sup>76</sup>. Carrossel tão encantador que facilitou a nossa infantilização, enredando-nos em ideologias de facilidade e em instituições de deferimento de dívidas que acabaram por tornar menos chocante a “moral” do professor no já citado romance *Sylvie and Bruno*.

<sup>73</sup> IORIO, Ubiratan Jorge. *Ação, Tempo e Conhecimento: A Escola Austríaca de Economia*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2011. Ver, também: MOREIRA, José Manuel. *Hayek e a História da Escola Austríaca de Economia*. Porto: Ed. Afrontamento, 1994.

<sup>74</sup> Foi assim considerada pelos responsáveis do número dedicado a ‘les libéralismes économiques’ dos *Cahiers Français*, 228 (Octubre-Décembre), 1986, p. 35.

<sup>75</sup> KRESGE. Introducción. p. 14-15.

<sup>76</sup> Para uma abordagem mais completa desta problemática, incluindo a diferenciação entre keynesianos, veja-se: MOREIRA, José Manuel & ALVES, André Azevedo. Crise econômica e financeira ou cultural e institucional? Análise à luz do debate entre Hayek e Keynes. *Revista de Economia & Relações Internacionais*, Vol. 9, No. 17, junho 2010, p. 108-25.

Mal que não escapou à insuspeita Joan Robinson (1903-1983), no seu livro *Filosofia Econômica*, ao dar-nos boa conta dessa vitória “moral” dessa “nova ciência econômica”<sup>77</sup> que, entretanto, nos passou a dominar: a ponto de a máxima “vícios privadas, benefícios públicos”, ter dado lugar a uma ainda mais desconcertante proposição de que as virtudes privadas (frugalidade e boa administração) são vícios públicos<sup>78</sup>.

Assim se chegou ao “desconerto do mundo” – como diria o grande poeta português Luís de Camões (1524-1580) – e a um natural estado de endividamento (de governos, empresas e cidadãos) que se insiste em combater com mais consumo e mais endividamento. Contradições e efeitos perversos de uma herança que se traduziu em mudanças na teoria econômica e nas políticas públicas, mas também numa ideologia institucional que – democraticamente – passou a moldar os nossos hábitos culturais. A ponto de se tornar difícil encontrar apoio para verdadeiras alternativas a um pensamento avesso a sacrifícios e deveres (e muito dado ao gozo de direitos adquiridos), que acabou por dominar tanto as “massas” como os seus líderes. Justificando a preocupação de Hayek:

Estou plenamente convencido que, para regressarmos a uma estabilidade razoável, para não dizer uma prosperidade durável, precisamos antes de exorcizar o íncubo keynesiano<sup>79</sup>.

Foi o que procuramos fazer, por via do confronto entre duas visões da economia e de filosofia de vida. Debate que precisa de

---

<sup>77</sup>. Para uma “análise das falácias keynesianas”, há um velhinho livro, de 1959, com agradecimento a Mises, de que tenho a primeira versão em espanhol, que continua sempre atual: HAZLITT, Henry. **Los errores de la “Nueva Ciencia Económica”**. Madrid. Aguilar, 1961.

<sup>78</sup> ROBINSON, Joan. **Filosofia Econômica**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1964. p. 75.

<sup>79</sup> F. A. HAYEK, F. A. **New Studies in Philosophy, Economics and History of Ideas**. London: Routledge & Kegan, 1985. p. 209-10.

ser retomado, alargado e bem compreendido por todos os que influenciam os meios de comunicação e de decisão. Em especial, nos tempos difíceis que estamos a atravessar: e que são também de oportunidade para descobrir como usar a grande arma de Keynes – a persuasão – em favor de pontos de vista mais “fundamentais”, que são os que alcançam o longo prazo e garantem o futuro.

Não sem antes se tentar perceber como se consentiu em tanto “unanimismo” em relação às ideias keynesianas. Uma explicação possível foi sugerida por Jose António Aguirre Rodríguez:

Os pensadores socialistas podiam estar satisfeitos, os seus ideais igualitários, conseguidos através da aplicação de impostos progressivos e uma alargada prestação de serviços sociais, recebiam pela primeira vez o aval da ciência econômica. Tão pouco os conservadores se sentiam defraudados porque se o Estado assumia o encargo de estabilizar os mercados de bens e assegurar as vendas, o risco de empreender aventuras no mundo dos negócios tornava-se notavelmente reduzido e isto era um bom clima para dar confiança ao empresário e reanimar o investimento privado.

Os socialistas esqueceram a última parte do argumento keynesiano e tomaram o que à sua ideologia convinha, a saber: aumentar sem cessar o gasto e o investimento público, ignorando as consequências sobre a sustentabilidade das finanças públicas e respetiva credibilidade a nível internacional. Os conservadores esqueceram que só o risco legitima o lucro e dedicaram-se a fazer lucros com o apoio do Estado: uns e outros levaram-nos à atual situação e tudo em nome de Keynes<sup>80</sup>.

---

<sup>80</sup> AGUIRRE RODRÍGUEZ, Jose António. Prólogo. HUTCHISON, T. W. **Keynes versus los “keynesianos”**. Madrid: Espasa-Calpe, 1980. p. XV.

Chegamos então ao denominado “neomercantilismo” e a políticas legitimadoras da chamada “ganância” própria de uma “economia de interesses”. Políticas que, embora com oscilações críticas, conforme os ventos que sopravam, deram vida a um novo credo e uma visão intervencionista na economia. Uma filosofia que tende a esquecer que o problema da economia mais que de cálculo (político), de afetação de recursos escassos a fins (políticos), é de coordenação da imensa diversidade de fins humanos que se só humanizam quando sustentados pelo dinamismo das virtudes que acordam as pessoas para vidas mais civilizadas<sup>81</sup>. O que facilita – e muito – a percepção de que, mesmo ao nível das políticas públicas, os deveres estão antes dos direitos, e que, ainda mais importante que os custos de contexto, são os (custos da falta) de interação<sup>82</sup>. Abrindo caminho a uma filosofia não dirigista que, esperamos, possa deixar de dar vencimento à previsão de George Stigler (1911-1991): os economistas passaram da noite para o dia da exortação à abstenção governamental ao pedido de intervenção, sem se preocuparem em ver se o Governo estava em condições de assumir essas novas tarefas que se lhe atribuíam<sup>83</sup>.

O tempo é propício à união de saberes, esforços e vontades para se dar sentido humano a este mundo – deveras confuso e desordenado, que nos está a deixar

desvairados e transtornados – e, já agora, também a nos redescobrirmos na força dos poemas ditos “do desconcerto do mundo” e na mensagem de Alexandre Herculano: “Em Portugal o despotismo é que é moderno, e a liberdade antiga”<sup>84</sup>. ☠

<sup>81</sup> ALVES, André Azevedo & MOREIRA, José Manuel. Virtue and Commerce in Domingo de Soto's Thought: Commercial Practices, Character and Common Good. **Journal of Business Ethics**, Vol. 113, No.4, 2013, p. 627-38. Versão espanhola: ALVES, André Azevedo & MOREIRA, José Manuel. La virtude y el comercio en el pensamiento de Domingo de Soto: Las prácticas comerciales, el carácter y el bien común. **Cuadernos Empresa y Humanismo**, 124, p. 77.

<sup>82</sup> Distinções que ajudariam a não confundir governança com governação, ver MOREIRA, José Manuel. Governação e Governança: União Europeia, Liderança e Democracia. **Nova Cidadania**, v. 15, n. 53, 2014, p. 43-49.

<sup>83</sup> Referência em: AGUIRRE RODRÍGUEZ, Prólogo. p. XX-XXI.

<sup>84</sup> Veja-se: MOREIRA, José Manuel. Pensamento liberal em Portugal. **Cultura, Revista de História e Teoria da Ideias**. N. 25 / II série, 208, p. 175-197. Uma versão mais reduzida foi publicada em: NEMO Philipe & PETITOT Jean. **Histoire du Liberalisme en Europe**. Paris: PUF, 2006. p. 1331-54.